

Nota Informativa

Edição 085/2023

DESTAQUES

Comissão do Senado aprova marco legal dos games

CCS adia instalação de subcomissão que analisaria PL das Fake News

Ministro Cueva participa de audiência pública interativa sobre o marco legal da inteligência artificial

Em audiência pública, especialistas apontam necessidade de regulação de IA no Brasil

Gestão atualiza modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC

Governo instala GT para regulamentar trabalho por aplicativos

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Computadores para Inclusão já recebeu 257 toneladas de eletrônicos em 2023

BC começou série de webinários sobre digitalização da economia

Agenda ESG pode entrar na regulamentação da Anatel

Pesquisa do Senado mostra que maioria da população apoia lei para combater fake news

Artur Coimbra vai presidir comitê de prestadoras de pequeno porte da Anatel

Delegação da Anatel participa de eventos de telecomunicações latino-americanos e de reuniões bilaterais no México

Projeto da rede privativa nacional de segurança ainda sem definição

Teles x Big techs: Governos europeus se colocam contra pagamento por uso de rede

Relatório diz que 75% das empresas sofreram ao menos uma invasão em 2022

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode ter transição maior para acomodar benefícios já concedidos

Relatório do GT da reforma tributária poderá ser apresentado hoje

Texto da reforma tributária será submetido às críticas, diz Lira

JUDICIÁRIO

1ª Turma do STF rejeita denúncia contra Lira por corrupção

Justiça nega pedido de deputados contra indicação de Zanin

Prazo para devolução de pedidos de vista e liberação de liminares antigas se encerra em 19 de junho

POLÍTICA

Câmara pressiona por mudança de postura da Casa Civil

RELAÇÕES EXTERIORES

Mauro Vieira em Paris: conversas na OCDE e prioridade na OMC

DESTAQUES

Comissão do Senado aprova marco legal dos games

Poder Legislativo | 06/06/2023

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira, 6, o [projeto de lei \(PL\) 2.796/2021](#), que cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos (games) e para os jogos de fantasia. O projeto da Câmara dos Deputados recebeu parecer favorável do senador Irajá (PSD-TO), e segue agora para votação no Plenário. O projeto inclui os games nas mesmas regras de tributação dos equipamentos de informática, o que pode reduzir os impostos incidentes sobre eles. As regras são previstas na [Lei 8.248, de 1991](#), e na [Lei 11.196, de 2005](#). O PL 2.796/2021 define os jogos eletrônicos como programas de computador com elementos gráficos e audiovisuais com fins lúdicos, em que o usuário pode controlar a ação a interagir com a interface. Também são englobados dispositivos e acessórios usados para executar esses jogos, popularmente conhecidos como consoles, e aplicativos de celular e páginas de internet desenvolvidos com o objetivo de entretenimento com jogos de fantasia. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CCS adia instalação de subcomissão que analisaria PL das Fake News

Poder Legislativo | 05/06/2023 – 22h40min

O Conselho de Comunicação Social (CCS) suspendeu a instalação de comissão interna responsável por fazer o acompanhamento do [projeto de lei 2.630/2020](#), conhecido como PL das Fake News. Na ocasião, o presidente do colegiado, Miguel Santos,

representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) disse que a ideia é, antes de criar a comissão, realizar uma audiência pública para discutir o assunto. Há o indicativo de que ela aconteça em agosto. Na ocasião da posse dos conselheiros dessa nova gestão do CCS, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso Nacional, havia apontado a importância do debate sobre desinformação. Ele também afirmou que, após a eventual aprovação na Câmara dos Deputados do PL 2.630, pretende colocar a proposta para o CCS analisar. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministro Cueva participa de audiência pública interativa sobre o marco legal da inteligência artificial

Poder Judiciário | 05/06/2023 – 16h16min

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ricardo Villas Bôas Cueva participou, na manhã de segunda-feira (5), de audiência pública interativa realizada pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional para discutir o marco legal da inteligência artificial. Questão central do debate, o Projeto de Lei 2.338/2023 tem o objetivo de criar regras para a oferta dos sistemas de inteligência artificial no Brasil e definir critérios para o uso desses sistemas pelo poder público. O projeto é resultado do trabalho da comissão de especialistas que, coordenada pelo ministro Cueva, procurou colher, ao longo de 2022, por meio de audiências públicas e seminários internacionais, diversas informações sobre o tema. O ministro do STJ destacou que uma das grandes virtudes do trabalho da comissão foi a compilação das sugestões apresentadas por especialistas, pela sociedade civil e por todos aqueles que quiseram se manifestar. Para Ricardo Villas Bôas Cueva, todas essas contribuições refletem o que se pensa hoje sobre a inteligência artificial em caráter mais inovador. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Em audiência pública, especialistas apontam necessidade de regulação de IA no Brasil

Poder Legislativo | 05/06/2023 – 22h37min

Especialistas que participaram da primeira audiência pública realizada pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional apontaram que a regulamentação da inteligência artificial (IA) é necessária e emergencial, em especial diante dos riscos reais e iminentes. O debate aconteceu na manhã da segunda-feira, 5, no Senado Federal. Em 2022, uma comissão de juristas foi formada no Senado para estudar o tema e propor a regulamentação, que agora está ambientada no [Projeto de Lei \(PL\) 2.338/2023](#), apresentado pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco. Entre os aspectos apontados no texto, está a designação, pelo poder Executivo, de uma entidade competente para zelar pela implementação e fiscalização da futura legislação. Esta autoridade, designada pelo poder Executivo, terá a tarefa de zelar pela proteção a direitos fundamentais e a demais direitos afetados pela utilização de sistemas de inteligência artificial; promover a elaboração, atualização e implementação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial junto aos órgãos de competência correlata; estimular a adoção de boas práticas, inclusive códigos de conduta, no desenvolvimento e utilização de sistemas de inteligência artificial; e expedir normas para a regulamentação da futura lei em vigor. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Gestão atualiza modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC

Poder Executivo | 06/06/2023 – 14h03min

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), publicou, na terça-feira (6/6), a Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, que estende o Modelo de Contratação de Serviços de Operação de Infraestrutura e Atendimento a Usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21). A medida tem validade para os cerca de 250 órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal. O atual normativo substitui a Portaria SGD/ME nº 6.432, de 2021. A atualização do modelo pretende otimizar o processo de contratação. Desta forma, será possível racionalizar custos por meio de diretrizes objetivas para precificação dos serviços, ampliar a transparência dos custos ao estabelecer planilhas detalhadas de formação de preços para compor o processo licitatório e aumentar qualidade da contratação ao estabelecer especificações técnicas necessárias à execução dos serviços. Outra importante atualização realizada nesse novo modelo é a ampliação da transparência na composição dos custos dos serviços, possibilitando aos órgãos avaliar a exequibilidade das propostas de preços no momento da licitação, bem como aferir ao longo da execução do contrato a adequada alocação dos recursos a serem empregados para a prestação dos serviços. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo instala GT para regulamentar trabalho por aplicativos Poder Executivo | 05/06/2023

O grupo de trabalho (GT) que vai definir uma proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de plataformas tecnológicas se reuniu na segunda-feira (5) pela primeira vez. Representantes das empresas de serviços, dos trabalhadores do setor e de outras áreas do governo têm prazo de 150 dias, a partir da data de entrada em vigor do decreto de criação do grupo, prorrogável por igual período, para apresentar o relatório final das atividades. "Nossa obrigação é refletir sobre como podemos garantir o equilíbrio. A jornada não pode ser extenuante. O trabalho tem que ser valorizado. Como dar transparência, evitar que um trabalhador ou trabalhadora, se sentindo prejudicado, tenha alguém com quem falar, não uma máquina. Essas questões são importantes e é preciso garantias", disse o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Durante a instalação da mesa do grupo tripartite, o ministro lembrou que as empresas responsáveis por aplicativos se manifestaram favoráveis ao reconhecimento de garantias sociais e de previdência social, por exemplo. "Mas isso é muito pouco. É essencial, mas é pouco", avaliou Marinho. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Computadores para Inclusão já recebeu 257 toneladas de eletrônicos em 2023 Poder Executivo | 06/06/2023 – 15h03min

De janeiro a maio deste ano, o Programa Computadores para Inclusão, do Ministério das Comunicações (MCom), já recebeu mais de 257 toneladas de equipamentos e itens eletrônicos que foram recondicionados ou tiveram uma destinação adequada. Além do impacto ambiental ligado ao descarte dos resíduos, a iniciativa possibilita a formação de jovens por meio de oficinas, cursos de manutenção e operação de computadores e beneficia entidades que promovem inclusão digital de famílias em vulnerabilidade social. Ao adaptar um estudo elaborado pela Green Eletron, maior gestora sem fins lucrativos de logística reversa de eletrônicos e parceira do Ministério das Comunicações, foi calculado o impacto ambiental da destinação correta de bens eletroeletrônicos através do Programa

Computadores para Inclusão. O estudo desenvolveu um modelo de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) para identificar os impactos e benefícios ambientais do tratamento de resíduos feito pela empresa. Pela reciclagem dessas 257 toneladas coletadas até o momento em 2023, foi possível evitar a emissão de 455 toneladas de CO2. No que se refere ao consumo de água, estima-se que foram evitados o uso de 4,38 mil metros cúbicos. Também foi possível evitar o uso de 6.668,8 GJ de diesel, ou o mesmo que 156,6 toneladas do combustível. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BC começou série de webinários sobre digitalização da economia

Poder Executivo | 06/06/2023 – 10h36min

Dando continuidade às ações de desenvolvimento da plataforma do Real Digital, que inclui o debate sobre a “tokenização” de ativos, o Banco Central promoverá, até o próximo mês de novembro, uma série de webinários mensais. Nesses webinários, o tema será discutido com participantes do mercado, da academia, reguladores e organismos internacionais. O primeiro deles aconteceu na última quinta-feira (1º). Profissionais do Bradesco, da Credix e da Hamsa Pay debateram o tema. A moderação foi de representantes do BC e da Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central (Fenasbac), parceira no projeto. Clique aqui e veja como foi. Considerando as ações em curso para o desenvolvimento de infraestrutura de suporte ao ecossistema do Real Digital – com tecnologia de registro distribuído multiativos (multiasset DLT, em inglês), a promoção desses encontros está amparada pelas atividades do Grupo de Trabalho Interdepartamental (GTI) criado pelo BC para avaliar os seguintes aspectos relacionados às atividades de “tokenização” de ativos financeiros. Fonte: ASCOM BCB

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Agenda ESG pode entrar na regulamentação da Anatel

Poder Executivo | 05/06/2023 – 23h17min

Está na pauta da reunião ordinária do conselho diretor da Anatel, que acontece esta semana, a retomada do debate sobre o novo Regulamento Geral do Consumidor (RGC), considerado um dos regulamentos mais aguardados pelas operadoras de telecomunicações. Trata-se de uma das últimas matérias relatadas pelo então conselheiro Emmanoel Campelo, cujo voto foi apresentado em outubro do ano passado e desde então estava sob pedido de vista do conselheiro Vicente Aquino. Segundo apurou este noticiário, uma das propostas que devem ser trazidas pelo conselheiro visitante é a introdução do tema da agenda ESG, que preconiza uma atuação das empresas com objetivos de sustentabilidade, inclusão social e governança corporativa. O tema é importante porque, para além do regulamento de acessibilidade, a Anatel não tem nenhum tipo de diretriz regulatória que estimule ou induza a adoção de boas práticas ESG pelo setor. Seria, portanto, uma inovação regulatória em direção a uma agenda que é cada vez mais estimulada dentro das empresas. Mas há quem considere, dentro da Anatel, complexo de inserir o tema dentro de uma regulamentação específica dedicada aos direitos dos usuários. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pesquisa do Senado mostra que maioria da população apoia lei para combater fake news

Poder Legislativo | 05/06/2023 – 22h09min

Mais de 70% dos brasileiros que responderam a uma pesquisa realizada pelo Senado Federal se dizem preocupados com a quantidade de notícias falsas divulgadas nas

redes sociais. Esse é um dos dados mostrados na pesquisa Redes Sociais e Notícias Falsas, que acaba de ser divulgada pelo DataSenado. Feito em parceria com o gabinete do Senador Angelo Coronel (PSD-BA), o levantamento ouviu a opinião dos brasileiros a respeito de notícias falsas veiculadas nas plataformas digitais. Foram ouvidas na pesquisa 2.068 pessoas de 16 anos ou mais. O levantamento foi feito com amostra representativa da população brasileira, por telefone, nos dias 9 e 10 de maio, quando estava em discussão na Câmara a urgência para do [PL 2630/2020](#), conhecido como PL das Fake News, aprovado em 2020 pelo Senado e ainda em análise na Câmara. O resultado da pesquisa mostra um percentual de 72% dos brasileiros muito preocupados com o avanço das notícias falsas nas redes sociais. Os que se mostram pouco preocupados somam 20 %, enquanto 7% dizem não ter essa preocupação. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Artur Coimbra vai presidir comitê de prestadoras de pequeno porte da Anatel

Poder Executivo | 05/06/2023 – 18h20min

O conselheiro da Anatel Artur Coimbra será o novo presidente do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte (CPPP) da agência reguladora. Ele substitui o ex-conselheiro Emmanoel Campelo, que deixou o órgão em 2022. O CPPP tem a finalidade de assessorar e subsidiar o Conselho Diretor da Anatel em matérias relativas aos interesses dos provedores regionais – podendo, inclusive, propor ao órgão máximo da agência aprimoramentos na regulamentação setorial e medidas de estímulo à prestação de serviços pelas pequenas. Segundo o site do comitê, a última reunião do colegiado ocorreu em outubro de 2022, ainda sob a gestão de Campelo. Além de um conselheiro presidente, de representantes da área técnica da Anatel e do Ministério das Comunicações (MCom), cinco entidades de classe de provedores regionais distintas também compõem o CPPP. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Delegação da Anatel participa de eventos de telecomunicações latino-americanos e de reuniões bilaterais no México

Poder Executivo | 05/06/2023 – 16h25min

Entre os dias 31 de maio e 1º de junho, delegação brasileira chefiada pelo conselheiro diretor Alexandre Freire, contando com o chefe da Assessoria Internacional, Ronaldo Moura, e o assessor do Conselho Diretor, Leonardo Tostes, representou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em dois eventos de telecomunicações de âmbito latino-americano na Cidade do México, no México. A delegação participou do Congresso Latino-Americano de Transformação Digital (CLTD), que se encontra em sua décima edição, é um evento anual, organizado pela Associação Interamericana de Empresas de Telecomunicações (ASJET), a Global System for Mobile Communications Association (GSMA) e outros entes internacionais com suporte da União Internacional de Telecomunicações (UIT). O intuito é o de constituir ponto de encontro dos atores do ecossistema digital regional, propiciando diálogo para atração e promoção de investimentos e desenho de políticas públicas e regulatórias, reunindo os setores público e privado. O grupo também participou do M360 LATAM, organizado pela GSMA, que engloba demonstração de tecnologias, se constitui num foro de debate entre setor público e privado, com agenda de conferências e painéis. No CLTD, o conselheiro representou a Agência como debatedor na mesa redonda “Melhoria regulatória: regulação inteligente para acelerar a digitalização”. Em sua participação reforçou que “a evolução institucional, jurídica e operacional dos órgãos reguladores para se reinventarem é um movimento urgente e necessário, sendo que os parlamentos nacionais precisam atualizar a legislação diante da alteração do paradigma regulatório e transformar os reguladores de infraestrutura em reguladores dos serviços digitais”. Fonte: ASCOM ANATEL

Projeto da rede privativa nacional de segurança ainda sem definição

Poder Executivo | 05/06/2023

A rede privativa nacional de segurança nacional não começou a ser feita. O projeto, que será tocado pela EAF, mesma entidade responsável pela limpeza da faixa de 3,5 GHz para chegada do 5G, carece ainda de definições importantes que virão do governo. Criada por portaria ainda em 2022, a rede promete conectar órgãos públicos com banda larga baseada em fibra óptica com requisitos de segurança acima dos que são praticados no mercado de varejo. Além disso, prevê a instalação de uma rede móvel 4G em Brasília para uso exclusivo dos funcionários do Executivo Federal. Segundo falou Moisés Moreira, presidente do Gaispi, o grupo presidido pela Anatel que acompanha a entrega dos compromissos assumidos pelas operadoras no último leilão de espectro da agência, Ministério das Comunicações e outras pastas precisa passados dados fundamentais para a construção da rede. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Teles x Big techs: Governos europeus se colocam contra pagamento por uso de rede

Mercado | 05/06/2023

Reviravolta na questão da cobrança de uso de redes pelas gigantes da tecnologia pelas operadoras de telecomunicações. Os ministros das comunicações de vários países da União Europeia se mostraram contra a instituição dessa taxa. De acordo com veículos de notícias europeus, 18 países, entre eles, Alemanha, Holanda, Bélgica e Dinamarca, teriam sido contra ao pagamento da taxa extra por empresas como Netflix e Meta, dona do Facebook, YouTube e Instagram. Já Espanha, França e Itália se posicionaram a favor da cobrança. No dia 23 de maio, foi encerrada uma consulta pública feita pela Comissão Europeia sobre esse tema e outros do setor de telecomunicações. Em sua participação à consulta, o Organismo de Reguladores Europeus para Comunicações Eletrônicas expressou "reservas sobre contribuições financeiras obrigatórias de CAPs [grande conteúdo e provedores de aplicativos] para ISPs na forma de um regime de pagamento de rede do remetente". Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relatório diz que 75% das empresas sofreram ao menos uma invasão em 2022

Mercado | 05/06/2023

O relatório "O Estado da Tecnologia Operacional e Cibersegurança de 2023", divulgado pela Fortinet, aponta grande preocupação das empresas da América Latina e Caribe com o impacto do ransomware em ambientes OT. Os resultados representam o estado atual da segurança da tecnologia operacional (OT) e apontam para as oportunidades de melhoria contínua para que as empresas possam se proteger contra um cenário de ameaças de TI/OT cada vez maior. "Entre as conclusões do nosso relatório sobre Tecnologia Operacional, é importante ressaltar que, embora as organizações de OT tenham melhorado sua postura em segurança cibernética de maneira geral, ainda há oportunidades de melhorias. As equipes de TI e rede estão sob constante pressão para se adaptar e se tornar mais conscientes sobre a segurança da OT, e as empresas estão mudando para encontrar e empregar soluções que sejam capazes de implementar segurança em todo o ambiente de TI/OT para, assim, conseguir reduzir os riscos", reforçou John Maddison, vice-presidente Executivo de Produto e CMO da Fortinet. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode ter transição maior para acomodar benefícios já concedidos

Poder Legislativo | 06/06/2023 – 13h44min

A reforma tributária pode prever um período de transição mais longo para conciliar a implementação do novo sistema e a necessidade de garantir a manutenção de benefícios fiscais concedidos por estados e municípios e que já foram convalidados pelo Congresso Nacional até 2032. No relatório da comissão mista apresentado em 2021, a previsão era que a migração para o novo sistema tributário ocorresse em seis anos —dois anos para a fase federal e outros quatro anos para a unificação dos tributos de estados e municípios. Segundo interlocutores ouvidos pela Folha, há discussões para ampliar esse período para dez anos, mantendo os dois anos para a unificação dos tributos federais e estendendo a oito anos a segunda fase, que inclui ICMS e ISS. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Relatório do GT da reforma tributária poderá ser apresentado hoje

Poder Legislativo | 06/06/2023 – -06h

O grupo de trabalho da reforma tributária apresenta na 3ª feira (6.jun.2023) o relatório com as diretrizes para a reforma, às 16h, na Câmara dos Deputados. Dos temas em discussão para o texto, há ao menos 4 que já são consensos entre os congressistas do grupo. Leia abaixo sobre cada um: IVA (Imposto sobre valor agregado) dual sobre bens e serviços: a tributação será dividida em uma federal e uma estadual/municipal. O novo imposto pretende abranger 5 dos que já existem: ISS municipal, PIS, Confins, IPI e ICMS estadual; Cobrança no destino: diferentemente de como é hoje, a cobrança do imposto será feita no destino e não mais na origem; Zona Franca de Manaus: não será incluída na reforma e manterá os incentivos fiscais; Alíquotas diferenciadas: haverá cobrança tributária diferente para áreas de saúde, educação e transporte. Ainda não há definição das porcentagens e nem se será aplicado para setor completo ou para determinados serviços. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Texto da reforma tributária será submetido às críticas, diz Lira

Poder Legislativo | 05/06/2023 – 21h57min

O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) disse na noite da 2ª feira (5) que o texto da reforma tributária será agora submetido às críticas dos governadores, prefeitos e do mercado. Lira elogiou o trabalho do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) com o texto da reforma, mas deixou em aberto como o tema será tratado na Casa Baixa: “A gente tem tratado isso com a tranquilidade de fazer uma reforma mais dura com uma transição mais longa ou uma reforma mais branda com uma transição mais curta”, declarou o presidente durante participação do evento Esfera Brasil. Segundo Lira, a “temperatura” só começará a ser sentida quando a pauta entrar para discussão. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

1ª Turma do STF rejeita denúncia contra Lira por corrupção

Poder Judiciário | 06/06/2023 – 15h25min

A 1ª Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou, por unanimidade, a denúncia contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em um caso

de suposta corrupção passiva. O relator do inquérito, ministro André Mendonça, votou pela rejeição da denúncia e acolheu o parecer mais recente da PGR (Procuradoria Geral da República). Ele foi seguido pelos ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. Em abril deste ano, o órgão mudou seu entendimento e se manifestou pelo arquivamento da denúncia contra Lira apresentada pela própria PGR em 2018, considerando que todas as provas foram coletadas através de acordos de delação premiada.

Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Justiça nega pedido de deputados contra indicação de Zanin

Poder Judiciário | 06/06/2023 – 10h45min

A Justiça Federal em Brasília decidiu na 2ª feira (5.jun.2023) negar um pedido feito pelos deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Alexandre Ramagem (PL-RJ) para barrar a indicação do advogado Cristiano Zanin ao STF (Supremo Tribunal Federal). Na petição, os congressistas defenderam a anulação do nome escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Afirmaram que Zanin é “amigo íntimo e advogado particular” do petista, o que feriria os princípios constitucionais de impessoalidade e moralidade. Zanin atuou como defensor de Lula nos processos da operação Lava Jato. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Prazo para devolução de pedidos de vista e liberação de liminares antigas se encerra em 19 de junho

Poder Judiciário | 06/06/2023 – 08h50min

Os pedidos de vista efetuados antes da validade da Emenda 58/2022, que alterou o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), e as liminares concedidas anteriormente às mudanças ficarão aptos para retornar a julgamento colegiado a partir do dia 20 de junho. O prazo de 90 dias úteis, estabelecido na emenda, termina no próximo dia 19 de junho. Se o processo for julgado presencialmente, a fixação de uma data para continuidade da análise depende da Presidência do colegiado, seja do plenário ou das turmas. Embora a emenda tenha sido publicada no dia 19 de janeiro de 2023 no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), ela só passou a ter efeitos para a contagem de prazo de vigência a partir do dia 1º de fevereiro, quando começou o Ano Judiciário e reabriram-se os prazos processuais. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Câmara pressiona por mudança de postura da Casa Civil

Poder Legislativo | 06/06/2023 – 09h34min

A Câmara dos Deputados não tem escondido a insatisfação com a postura do ministro da Casa Civil, Rui Costa. Nas últimas reuniões de líderes da Casa Legislativa até mesmo parlamentares de esquerda têm avaliado como equivocada a atuação do ministro. A lista de reclamações incluía a resistência do ministro em receber parlamentares no Planalto e um consequente distanciamento de pautas do Poder Legislativo. Há quem relate ainda a falta de traquejo político. O último fator de desgaste ocorreu na sexta-feira (2), na Bahia, durante evento de inauguração de um hospital. Ao discursar, Rui Costa chamou a capital federal de “Ilha da Fantasia” e afirmou que a escolha da localização de Brasília “fez mal ao país”. Em entrevista à CNN, até mesmo o presidente da Câmara dos Deputados criticou a fala. Arthur Lira (PP-AL) defendeu o “comedimento” por parte de ministros e condenou a declaração. Fonte: CNN Brasil

RELAÇÕES EXTERIORES

Mauro Vieira em Paris: conversas na OCDE e prioridade na OMC

Poder Executivo | 06/06/2023 – 10h30min

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, tem agenda cheia em Paris nesta semana. Ele começou os compromissos na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na terça-feira (6). Mas a prioridade é visivelmente tentar quebrar o impasse na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em rápida visita ao secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, na terça-feira (6), ele ouviu o secretário reiterar o interesse em manter o processo de acessão do Brasil. Para Cormann, a acessão é algo bom para os dois lados, para o país e para a organização. De seu lado, o ministro Mauro Vieira disse que o processo de acessão foi iniciado e terá seu diálogo no ritmo normal, sem entrar em detalhes. Cormann manifestou interesse em receber visita do presidente Lula na OCDE quando possível, não necessariamente no dia 22, quando Lula estará em Paris a convite do presidente francês Emmanuel Macron para participar de um fórum sobre financiamento global. Cormann quer, de seu lado, ir ao Brasil no segundo semestre para conversar com o governo sobre a relação em geral. Ele convidou o Brasil para participar do fórum da OCDE sobre mudança climática. Acha que o Brasil tem experiência acumulada importante para ajudar nas discussões do fórum. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br